

**RELAÇÃO TRABALHO E SOCIEDADE: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE
SOCIOLÓGICA DO ADOECIMENTO NO TRABALHO**

**RELACIÓN TRABAJO Y SOCIEDAD: ELEMENTOS PARA UN ANÁLISIS
SOCIOLÓGICO DE LA ENFERMEDAD LABORAL**

**LABOR AND SOCIETY RELATIONSHIP: ELEMENTS FOR A SOCIOLOGICAL
ANALYSIS OF OCCUPATIONAL DISEASE**

Recebido em: 14/11/20

Aceito em: 31/12/2020

Wilian Marques Dias¹

Resumo: Ao interrogarmos pessoas comuns sobre o que é trabalho, podemos perceber variadas tentativas de resposta a esse questionamento. Nas concepções comuns possíveis de trabalho, nota-se, em geral, que o próprio trabalho aparece enquanto diretamente associado, em muito, somente àqueles seus aspectos mais concretamente perceptíveis ao sujeito; ou seja, aparece em seu caráter fenomênico, enquanto local e/ou tipo de atividade que se realiza em vias de salário. Dessa forma, podemos perceber que, ao trabalhador, a relação de subordinação de si e de suas capacidades corpóreas à produção de bens e valores para um outro lhe aparece como uma relação natural. Com a presente pesquisa buscamos realizar uma revisão bibliográfica que nos auxilie a compreender o efeito do conjunto de alterações que a sociedade presenciou em seu modelo produtivo e que tornaram mais nítidas as prerrogativas de organização do trabalho para além das técnicas de produção material. Estas alterações permitiram a ação sobre a própria subjetividade do trabalhador, invadindo o campo subjetivo do sujeito que trabalha com discursos empresariais para a transformação de valores e concepções do sujeito sobre o trabalho, marcando a era da gestão de pessoas e dos adoecimentos psicoemocionais relacionados ao trabalho.

Palavras-chave: Trabalho; Sociedade; Adoecimento no Trabalho; Sociologia.

Resumen: Cuando interrogamos a la gente común sobre qué es el trabajo, podemos ver varios intentos de responder a esta pregunta. En las posibles concepciones comunes del trabajo, se observa, en general, que el trabajo en sí aparece como directamente asociado, en gran medida, sólo a aquellos aspectos que son más concretamente perceptibles para el sujeto; es decir, aparece en su carácter fenomenal, como un lugar y / o tipo de actividad que se realiza en una trayectoria salarial. De esta forma, podemos percibir que, para el trabajador, la relación de subordinación de sí mismo y de sus capacidades corporales a la producción de bienes y valores

¹ Professor Efetivo de Sociologia na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, atualmente Professor Coordenador Pedagógico. E-mail: wilian.dias@unesp.br

para otra persona le aparece como una relación natural. Con esta investigación buscamos realizar una revisión bibliográfica que nos ayude a comprender el efecto del conjunto de cambios que la sociedad ha presenciado en su modelo productivo y que han aclarado las prerrogativas de la organización del trabajo además de las técnicas de producción material. Estos cambios permitieron actuar sobre la propia subjetividad del trabajador, invadiendo el campo subjetivo del sujeto que trabaja con discursos empresariales para transformar los valores y concepciones del sujeto sobre el trabajo, marcando la era de la gestión de personas y las enfermedades psicoemocionales relacionadas con el trabajo.

Palabras-chaves: Trabajo; Sociedad; Enfermedad en el trabajo; Sociología.

Abstract: When we interrogate ordinary people about what work is, we can see several attempts to answer this question. In the common possible conceptions of work, it is noted, in general, that the work itself appears as directly associated, to a great extent, only with those aspects that are more concretely perceptible to the subject; that is, it appears in its phenomenal character, as a place and / or type of activity that is carried out on a salary path. In this way, we can see that, to the worker, the relationship of subordination of himself and his bodily capacities to the production of goods and values for another person appears to him as a natural relationship. With this research we seek to carry out a bibliographic review that helps us to understand the effect of the set of changes that society has witnessed in its productive model and that have made the prerogatives of work organization clearer in addition to the techniques of material production. These changes allowed action on the worker's own subjectivity, invading the subject's subjective field who works with business discourses to transform the subject's values and conceptions about work, marking the era of people management and work-related psycho-emotional illnesses.

Keyword: Job; Society; Illness at Work; Sociology.

INTRODUÇÃO

Nas concepções comuns possíveis de trabalho, nota-se, em geral, que o próprio trabalho aparece enquanto diretamente associado, em muito, somente àqueles seus aspectos mais concretamente perceptíveis ao sujeito; aqueles aspectos que se apresentam mais imediatamente aos sentidos humanos, ou seja, aparece em seu caráter fenomênico, encerrado sobre sua aparição fenomênica enquanto local e/ou tipo de atividade que se realiza em vias de obtenção de condições necessárias à reprodução da vida. Predominantemente associado a seu caráter

fenomênico, o trabalho aparece, ao senso comum, reduzido à condição de dispêndio de energia para a produção de objetos e que gera riquezas – para um outro, retornando para o trabalhador sob a forma de salário – a razão mínima entre sua produção e a necessidade de vantagens econômicas daquele que lhe oferece trabalho (DIAS, 2020).

Dessa forma, em linhas gerais, podemos perceber que, ao trabalhador, a relação de subordinação de si e de suas capacidades corpóreas à produção de bens e valores para um outro, que não ele mesmo, lhe aparece como uma relação natural (naturalizada). Portanto, enquanto algo quase independente de sua vontade e de seu poder de ação sobre o objeto que produz – o que naturaliza a divisão do trabalho que retira do trabalhador – enquanto aquele que efetivamente produz – o poder de governo, e de usufruto, sobre as riquezas provindas do produto de seu próprio trabalho.

A concepção de trabalho que domina o pensamento comum – e que se apresenta diretamente associada ao seu caráter fenomênico – acaba por escamotear, dos olhares comuns, a relação entre trabalho – enquanto atividade de produção – e Sociedade –, que determina os sentidos da produção. Assim sendo, a concepção comum de trabalho se apresenta como insuficiente para compreendermos, sobretudo, a relação de sobredeterminação da sociedade para com o produto do trabalho alheio – no qual age de maneira a sobredeterminar, socialmente, o conteúdo e a forma de realização do trabalho.

Esse complexo emaranhado de relações entre Sociedade e Trabalho, que é escamoteado nas concepções fenomênicas de senso comum, sendo compreendido de maneira ampla – enquanto uma relação de sobredeterminação da Sociedade sobre o produto do trabalho alheio e, conseqüentemente, sobre o trabalhador –, pode nos auxiliar a compreender como essa relação de sobredeterminação que a Sociedade exerce sobre o trabalho/trabalhador aparece, de modo geral, de maneira natural e positivada ao sujeito comum - e que naturaliza a condição de subordinação do trabalhador às formas que o trabalho assume na contemporaneidade (DIAS, 2020).

Assim sendo, recorreremos àqueles autores que primeiro demonstraram preocupações com a forma pela qual a Sociedade moderna mantinha uma relação de sobredeterminação sobre o Trabalho e o trabalhador, apontando, assim, que a relação do sujeito com o trabalho expressava, antes de tudo, uma relação social – mediada pelos princípios e valores fundamentais de uma Sociedade. Os autores a que fazemos referência foram aqueles que, pela forma como analisaram seu objeto de estudo – a sociedade –, estabeleceram os princípios metodológicos

fundamentais da Sociologia, sendo eles: Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864- 1920).

Esses autores, cada qual a seu modo, dedicaram-se a compreender a forma de sociedade que emergiu no século XIX, fruto de efusivos processos revolucionários que causaram radicais transformações sociais, políticas e econômicas na Europa, e que marcaram o final do século XVIII, notadamente, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Dentro dessa nova configuração histórica promovida pelas revoluções da segunda metade do século XVIII, a sociedade que emergiu no século XIX – da qual Marx, Durkheim e Weber extraem suas reflexões – se viu marcada por um contexto de intensa disputa (social, política e econômica) entre as diferentes visões de mundo provindas, principalmente, do conservadorismo, do liberalismo e do socialismo. Essas profundas transformações marcaram drasticamente os rumos que a história humana tomaria no decorrer do século XIX: o surgimento de novos grupos sociais e políticos dentro de um novo contexto econômico e produtivo levam Marx, Durkheim e Weber a analisar os fundamentos e princípios sociais, culturais, políticos e econômicos do tipo de sociedade que emergiu das cinzas do mundo antigo (MUSSI, 2012).

A partir dos apontamentos realizados por Marx, Durkheim e Weber, podemos conceber como o conceito de Trabalho adquiriu excelência como um dos temas principais e estruturantes de seus estudos, enquanto categoria de análise que guardava íntimas relações com o tipo de sociedade em nascimento – a sociedade marcada pelo avanço do capitalismo industrial. Assim, a forma que tomou o vínculo do trabalho passa a expressar a forma da própria sociedade e seus valores constitutivos. A partir dessa relação entre Trabalho e Sociedade, podemos pensar como ela opera no tipo de sujeito que emerge nessa nova configuração social a partir de autores mais contemporâneos.

KARL MARX E OS MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS

Para Karl Marx o trabalho não se encerrava em sua face estritamente econômica – seu aspecto fenomênico –, mas deveria ser considerado enquanto aquele elemento de mediação entre o ser humano e a natureza em sua relação dialética. Ou seja, para Marx, o trabalho seria aquela atividade vital que o ser vivo realiza para com a natureza. Porém, diferentemente dos demais animais, entre os seres humanos essa atividade vital opera de maneira consciente, de forma totalmente distinta da que opera entre os outros animais. Atividade vital e consciente no ser humano, pois, diferentemente dos outros animais que são “imediatamente um com sua

atividade vital. Não se distingue[m] dela. [São] ela.” (MARX, 2010, p. 84), o ser humano “faz de sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e de sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (Bestimmtheit) com a qual ele coincide imediatamente” (Ibid idem), mas sim uma atividade que lhe permite se realizar enquanto humano, diferenciando-o dos outros animais.

Marx, assim, apresenta uma concepção de trabalho diferente de sua aparição fenomênica, concebendo-o para além de sua face estritamente econômica, concebendo-o enquanto aquela atividade específica do ser humano – específica, pois consciente (genérica) –, que lhe permitiu diferenciar-se e transformar a natureza ao mesmo tempo que transforma a si mesmo e suas capacidades, constituindo aquilo que compreendemos enquanto humano, enquanto o ser genérico do homem. Assim sendo, podemos perceber que, no capitalismo, o trabalho enquanto atividade vital genérica adquiriu um aspecto contraditório; pois, a partir da propriedade privada dos meios de produção, com a separação entre capital, propriedade da terra e trabalho, a própria atividade vital genérica do ser acaba por se voltar negativamente para consigo mesmo, tornando o homem estranho ao seu próprio caráter genérico – sua própria humanidade.

Assim, o caráter negativo que o trabalho passava a manifestar sobre o trabalhador no contexto de este estar desprovido de propriedades para além de si mesmo e, com isso, subordinado às determinações econômicas, o trabalhador passa a se defrontar, de maneira estranha, com seu próprio ser.

Para Marx, o estranhamento seria a manifestação da forma como o sujeito passa a lidar com seu ser genérico (sua atividade vital consciente) e o produto de sua atividade – logo, o mundo social –, enquanto elemento estranho a si e de si. O sujeito passa a lidar de maneira estranha com sua atividade essencial do gênero, realizando-a apenas enquanto meio de vida, enquanto meio de sobrevivência, e não necessariamente como atividade essencial ao gênero, defrontando-se com o seu trabalho – e o produto da atividade produtiva – de maneira estranhada, como pertencente a um outro que não ele mesmo, que o objeto de sua produção se lhe “defronta como hostil” (MARX, 2010), como determinação estranha à potência do trabalho criador. Na acepção marxiana, o estranhamento seria um dos elementos centrais para compreendermos como produzimos e reproduzimos a lógica societal que, pautada na propriedade privada, cinde a sociedade em duas classes proprietárias, nas quais aqueles que só possuem sua força de trabalho para vender – os trabalhadores –, são reduzidos à condição de

mercadoria, e a mercadoria mais barata do mercado, em uma relação pautada pelo estranhamento promovido pela ascensão da propriedade privada e sua determinação sobre a atividade de realização do homem, e o seu produto, enquanto pertencente a um outro sob a forma de mercadoria, na qual o próprio trabalhador torna-se, também, mercadoria mais barata quanto mais mercadorias produz, dando início à situação de desvalorização do mundo dos homens e supervalorização do mundo das coisas, coisas estranhas a quem as produz.

Dessa forma, a concepção proposta por Marx acerca do trabalho refletia sobre uma relação íntima entre Trabalho e Sociedade, pois a cisão da sociedade em duas classes sociais antagônicas (trabalhadores e capitalistas) que se defrontam de maneira desigual pelas condições de sobrevivência – a partir de suas condições desiguais com relação à propriedade – permitiu que os trabalhadores ficassem subordinados à forma estranhada de trabalho – na qual o trabalho lhe aparece apenas como fonte de renda, e não como sua própria atividade vital.

Marx apontava, desta maneira, que havia um aspecto positivo no trabalho enquanto atividade vital genérica do homem – e, com isso, necessariamente ontológica –, porém, no capitalismo, o trabalhador encontra-se separado dos meios de produção de sua subsistência, passando, dessa forma, a apontar a negatividade que o trabalho assumia na sociedade, sociedade que se encontrava cindida entre diferentes tipos de proprietários.

Sendo assim, no capitalismo, o trabalhador passa a ser transformado e produzido ao nível da mercadoria que produz, separando de si o aspecto transformador que o trabalho ocupa enquanto atividade vital que permitiu ao gênero humano transformar-se criativamente. Nesse processo, o fruto do trabalho apresenta-se como estranho àquele que o produziu, alienando-o das capacidades genéricas do ser – que se desenvolvem nas mediações que se constroem na relação homem-natureza. Estranho de si, o trabalhador se encontra reduzido de sua humanidade, “corpórea e espiritualmente reduzido a máquina” (Ibid, p. 26), estranho àquilo que possibilitou o seu desenvolvimento enquanto humano – suas capacidades genéricas.

Essa característica negativa do trabalho se correlacionava ao aumento da valorização do mundo das coisas na medida inversamente proporcional à valorização do mundo dos homens; de maneira que, quanto mais o trabalhador se empenha em seu trabalho, menos valorizado o mundo dos homens se torna, sendo o trabalhador, também, produzido enquanto mercadoria – e a mercadoria mais barata do mercado, pois desvalorizada.

O objeto de seu trabalho se lhe defronta como estranho, ao mesmo tempo que o ato de produzir – trabalhar – também passa a se lhe defrontar como algo estranho com relação à sua

função genérica. Ao invés de produzir desenvolvimento na relação homem/natureza, o trabalho estranhado brutaliza o homem a condição de bárbaro, pois,

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada. (Ibid, p. 85)

Dessa forma, nos escritos marxianos encontramos um conceito-chave para a sua compreensão da sociedade moderna – no caso, a sociedade industrial –, o estranhamento que esta produz no homem com relação ao próprio gênero humano, estranhando sua relação com a natureza e consigo mesmo – e, dessa forma, apresentando-nos metodologicamente a relação existente entre Sociedade e Trabalho.

Assim sendo, em Marx encontramos os elementos que nos auxiliam a compreender as relações entre Sociedade e Trabalho na sociedade do capitalismo industrial. A partir da propriedade privada e da cisão da sociedade em duas classes sociais antagônicas, Marx nos auxilia a compreender como essa nova configuração social se relaciona com os sentidos da produção, tanto de objetos quanto de trabalhadores, que acontece de maneira estranha ao próprio ser que produz. Refletindo sobre a forma que a divisão do trabalho tomava na sociedade industrial e como esta subordinava o trabalhador ao domínio de outros, Marx aponta o caráter contraditório que o trabalho assume no capitalismo, o qual, de atividade vital consciente genérica, é reduzida a atividade de produção de riqueza para um outro. Eis a contradição do trabalho, atividade vital consciente que, no capitalismo, se realiza de maneira estranha ao próprio ser humano, de forma reduzida à condição de meio de vida e, assim, reduzindo o homem à máquina – estranho de si.

DURKHEIM E “DA DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL”

Já Durkheim, diferentemente de Marx, principalmente em sua obra *Da divisão do trabalho social*, nos aponta para outro aspecto da relação entre Sociedade e Trabalho que emerge no século XIX; a função que ocupava a divisão especializada do trabalho com relação à construção dos vínculos necessários a uma nova forma de coesão social, de maneira que se diferenciava da concepção marxiana, pois, para Marx, a extrema ramificação das funções

expressava o estranhamento do ser com o objeto de trabalho. Já para Durkheim, essa especialização era positiva, no sentido de criar um vínculo que sustenta a coesão social –, marcando a grande influência do positivismo em sua obra.

Durkheim, diferentemente de Marx, analisa o trabalho em relação à função que sua divisão extremamente ramificada e especializada cumpria em relação à construção dos vínculos de solidariedade (responsabilidade mútua) que se formavam na Sociedade Moderna (Complexa, Industrial). Analisando o papel que a divisão especializada do trabalho ocupou – e deveria ocupar – na formação de um tipo novo de solidariedade – a solidariedade orgânica, intrínseca à forma que a Sociedade tomava, resultado da interdependência dos seres humanos em relação à produção das condições de sua existência –, Durkheim analisava a divisão enquanto elemento gerador de interdependência entre os seres humanos e, por isso, a divisão do trabalho ocupava uma função central para a coesão social.

Na sociedade moderna, diferindo totalmente do tipo de vínculo de solidariedade que se dava nas sociedades anteriores, os vínculos se dariam de maneira orgânica, pois todos estariam relacionados, entre si, a partir de sua interdependência em relação à produção. Assim sendo, apontava que a divisão especializada do trabalho cumpria uma função essencial na forma como se dava o vínculo de solidariedade das sociedades complexas (industriais), sendo que, estando os seres humanos em interdependência, os vínculos morais que se formam, nessa condição de divisão do trabalho, deveriam ligar diretamente o indivíduo à Sociedade, de maneira que cada um se entregaria àquela parte especializada do trabalho, compreendendo, também, sua relação de interdependência para com o trabalho do outro, havendo coesão entre todos os membros da sociedade (DIAS, 2020).

Na concepção durkheimiana, nas sociedades segmentárias nas quais o trabalho não era amplamente especializado, a solidariedade se construía frente à similitude; ou seja, a coesão era mantida pelo conjunto das tradições morais e religiosas, sendo que a unidade era garantida pela similitude dos sujeitos – adequação do sujeito às imposições da tradição –, não havendo espaço para o individual; em que o coletivo e sua tradição moral e religiosa garantiam uma coesão social fundamentada em uma solidariedade que se dava apenas entre os pertencentes a uma mesma estrutura moral e religiosa. Com o trabalho pouco especializado, cada grupo era autônomo em relação à produção, estando conectado socialmente apenas pelas necessidades de preservação associadas a uma vida em comunidade, ou seja, a solidariedade social nessas sociedades segmentárias dar-se-ia de maneira mecânica, pois os sujeitos estariam conectados

pela situação de segurança e preservação que uma vida em comunidade permite – sem, necessariamente, uma relação intrínseca de interdependência, como nas sociedades de trabalho especializado nas quais, por isso, a solidariedade se constitui de maneira orgânica, pois, já de início, todos dependeriam do trabalho uns dos outros.

Essa forma de solidariedade que se dava pela similitude encontrava seu apogeu quando o conjunto de tradições e aspectos morais se davam de forma a unificar os humanos sob uma mesma consciência comum, interligando os seres enquanto um corpo coletivo indissolúvel e pautado em uma identidade coletiva única, o que não deixava espaço para o desenvolvimento do indivíduo em suas particularidades, sendo uma forma de compreensão do mundo fundamentada na igualdade de todos, enquanto um corpo coletivo único, ligado apenas pelas necessidades de proteção fornecidas pela vida coletiva, na qual cada um era mantido vinculado apenas àquela unidade segmentária da produção da vida a que pertencia, sendo apenas concebido enquanto coletividade.

Já nas sociedades complexas, ou de trabalho especializado – necessariamente a sociedade industrial –, esse vínculo de solidariedade tenderia a se formar de maneira distinta, pois conectaria o diferente e o individual por meio do trabalho especializado, visto que a influência dos processos migratórios adensou os vazios morais existentes entre os grupos segmentários de uma sociedade que se baseava na similitude da consciência comum.

Assim sendo, para Durkheim, o efeito do conjunto das migrações, que diminuiram as distâncias entre os grupos segmentários (adensaram o vazio moral), possibilitaram o contato constante entre os diferentes, o que começa a permitir que a consciência comum de um grupo segmentário perca sua efetividade enquanto vínculo moral de coesão, abrindo espaço para o surgimento do indivíduo e, com isso, suas diferenças individuais – surgindo, assim, o indivíduo não como uma parte amorfa da coletividade, mas como uma particularidade individual.

O vínculo, então, que permitiria a solidariedade – e, com isso, a coesão social – na sociedade dos indivíduos seria aquele formado a partir da especialização do trabalho. Neste ponto, encontramos uma relação direta entre Trabalho e Sociedade para Durkheim, sendo que o vínculo possibilitado pelo trabalho especializado fora construído a partir da interdependência gerada pela maior divisão das tarefas, que, extremamente especializadas, tornavam possível a existência das diferenças individuais e acenavam à sua integração à sociedade.

Assim, para Durkheim, a solidariedade e a produção da vida em uma sociedade complexa, fruto da especialização da divisão do trabalho, tornaria todos os indivíduos

especializados em uma função. Mas, dado o nível da especialização e complexificação da vida social, aqueles não conseguiriam mais ser autônomos com relação à produção de seus víveres, pois, na sociedade do trabalho especializado, todos estariam interligados pela necessidade de produzir aquilo que é necessário para o conjunto dos membros da sociedade – visto a insuficiência do indivíduo frente à especialização do mundo produtivo.

Os indivíduos, assim, funcionando como engrenagens de um mesmo sistema, realizariam um trabalho fundamental aos meios de subsistência uns dos outros, estando interdependentes. Assim sendo, em uma sociedade complexa da divisão do trabalho especializada, a coesão dar-se-ia a partir da concepção de que todos fazemos parte de um algo maior, a sociedade, e de que somos interdependentes por não podermos ser autossuficientes. Dessa forma, o vínculo de solidariedade que nos uniria seria o vínculo que se dá pela diferenciação, o vínculo que, identificando no outro um elo da corrente produtiva, uniria as diferenças sob um mesmo domínio, a necessidade de produção para a Sociedade.

Durkheim nos aponta para uma Sociedade que surge da divisão do trabalho. Nessa perspectiva, elucida-nos uma relação entre Sociedade e Trabalho a partir da função que a divisão especializada do trabalho ocupa em relação à formação dos vínculos de solidariedade orgânicos à sociedade moderna. Assim, a partir de Durkheim, podemos pensar a relação entre Sociedade e Trabalho a partir do papel que a forma especializada de divisão do trabalho teria com relação à construção dos vínculos orgânicos de interdependência, pensando a função da solidariedade orgânica (fruto da divisão especializada do trabalho) para a formação de uma nova coesão social – uma coesão que integre todos os membros.

WEBER E A ÉTICA PROTESTANTE E O “ESPÍRITO” DO CAPITALISMO

Diferentemente de Marx e Durkheim, Weber nos aponta que a forma como o trabalho passou a ser visto enquanto algo positivo para o sujeito moderno, necessariamente, enquanto necessário e portador de uma moralidade positivada, ou seja, a forma como o sujeito moderno voltou-se para o trabalho de maneira racional e ascética, estaria diretamente interligada a processos históricos de transformação dos valores culturais da sociedade. Em sua obra *A “ética” protestante e o espírito do capitalismo*, Weber nos mostra que a transformação que se operou nos sentidos atribuídos ao trabalho, na modernidade, se deu transformando este, e seus frutos – antes vistos como algo depreciativo, pois vinculados às tentações do mundo dos homens – em

um algo positivo, necessário e dignificante, sendo “purificado” para todos os sujeitos (DIAS, 2020).

Essas transformações nos sentidos do trabalho estavam ligadas a mudanças sociais que configuraram uma nova ética do trabalho: notadamente, mudanças diretamente relacionadas com um conjunto de transformações nas formas de confissão religiosa que se operaram após os movimentos reformadores da fé que transformaram a religião no século XVI – notadamente, após as Reformas Protestantes operadas por Lutero e Calvino.

Assim, Weber, em relação às influências do século XVI, analisando a forma que tomava a ação social na modernidade, notou a forte influência protestante sobre os princípios e valores fundamentais da sociedade – visto que muitos valores protestantes se sobrepuseram, inclusive, a valores católicos seculares –, nos quais era notável e amplamente discutido, na Alemanha, “o caráter predominantemente protestante dos proprietários de capital e empresários, [...] das camadas superiores da mão de obra qualificada, [...] do pessoal de mais alta qualificação técnica ou comercial das empresas modernas. (WEBER, 2004, p. 29)”.

[O feito propriamente dito da Reforma consistiu simplesmente em ter, já no primeiro momento, inflado fortemente em contraste com a concepção católica, a ênfase moral e o prêmio religioso para o trabalho intramundano no quadro das profissões. O modo como a ideia de “vocação”, que nomeou esse feito, foi posteriormente desenvolvida passou a depender das subseqüentes formas de piedade que se desdobraram dali em diante em cada uma das igrejas saídas da Reforma.] (Ibid, p. 75)

Weber, assim, concebe as relações entre Sociedade e Trabalho a partir da forma como o trabalho tornou-se positivo para o sujeito; positivo não apenas por ser considerado dignificante, mas por ser aquele elemento que mantém o homem conectado aos objetivos de Deus.

Apresentando essa concepção que associa diretamente as formas de confissão religiosa ao trabalho, Weber nos mostra que Lutero, ao apresentar a concepção de que a entrega de si a uma vocação profissional se conformava enquanto um chamado de Deus e que a realização disciplinada e obediente das tarefas ligadas à vocação estariam, ambas, ligadas não apenas à produção do mundo intramundano, mas, de forma intramundana, estariam relacionadas à glorificação de Deus, podemos notar que há uma mudança estrutural na forma como se concebia o trabalho – visto como algo possuidor de uma aura negativa nas tradições católicas da época.

Lutero possibilitou que, a partir das boas obras e do sentimento de entrega de si a um disciplinamento ético, visando obedecer a vontade de Deus, se compreendesse o trabalho e a disciplina como algo que permitia manter-se afastado do pecado da “divinização da criatura”, pois o homem estaria, assim, cooperando para a glorificação do nome de Deus por meio do cumprimento de seu chamado vocacional – de sua entrega ao trabalho. Essa concepção de vocação na qual o trabalho e o trabalho árduo e sem descanso estariam relacionados ao cumprimento de um chamado divino marcava uma diferença essencial da concepção protestante de trabalho para com a concepção ligada ao tradicionalismo católico. A ascese católica, ligada ao disciplinamento ascético de si, se dava em um sentido extramundano (mundo divino, do criador) e ficava encerrada no interior dos monastérios – legando qualquer forma de produção (trabalho) para o homem à condição de pecado (DIAS, 2020).

Assim sendo, Weber nos aponta, por meio da ideia luterana de vocação, para uma maior disposição dos sujeitos protestantes à racionalidade econômica, que, voltando-se para a racionalidade no trabalho e na empresa, levava o sujeito protestante a compreender o seguir ascético de uma vocação como obras para a glória divina. Isto acabava por se diferir das concepções católicas que desestimulavam a ligação com o mundo das coisas do homem (intramundanas), enquanto aquilo nos afastava da conexão com o mundo divino (extramundano).

Para o calvinismo, não só a entrega de si a uma vocação era necessária para a glorificação de Deus; era necessária, também, a entrega de si de uma maneira racional e ascética, de maneira que se abriam novas margens para o entendimento da riqueza, pois, se esta fosse obtida como fruto do trabalho ascético, então não incorreria no pecado da idolatria.

Para a concepção calvinista, a riqueza enquanto fruto da entrega racional e ascética de si a uma vocação profissional era legítima, visto que visava à glorificação de Deus, afastando o homem da divinização da criatura, pois o sujeito deveria abster-se do gozo privado da riqueza, de maneira a se somar e ampliar a vocação luterana. Na vocação luterana, o seguir de uma vocação representava o sentimento de cumprir um chamado divino; e, na predestinação calvinista, o seguir ascético e racional de uma vocação profissional estaria relacionado à comprovação da aprovação de Deus com relação às obras do sujeito. Se este obtivesse sucesso em sua atividade, para a predestinação calvinista, seria um sinal da aprovação divina.

Com Calvino, veio a ideia da predestinação, em que, a partir do sucesso na vida profissional e na realização ascética das funções, o sucesso viria como forma de comprovação

da fé, manifestando-se em riqueza não como seu fim último, mas enquanto resultado da entrega ascética de si a uma profissão – demonstrando, assim, a aprovação de Deus para com o sujeito. Para o sujeito manter-se livre da tentação do pecado do gozo individual da riqueza, esta deveria ser empregada de maneira justa, levando o indivíduo a reinvesti-las em seu negócio, ampliando-o, não dando margem aos pensamentos impuros de acumulação. E, a partir da manifestação do sucesso profissional, era possível perceber a presença de Deus na vida do indivíduo, sendo possível perceber a aprovação de Deus frente às suas obras – o que poderia sinalizar que o sujeito teria obtido sucesso por ter agradado a Ele e, possivelmente, sendo um escolhido para a salvação eterna, um predestinado à salvação.

Para Weber, a continuidade das transformações culturais que conformaram uma nova ética para o trabalho se deu a partir do movimento reformista luterano e calvinista, no qual a ética protestante, por meio de suas doutrinas e, principalmente, pelas ideias de vocação e predestinação, se associou mais fortemente a fatores interessantes para o desenvolvimento do capitalismo, tomando maior relevância a partir da ideia de desencantamento (racionalização) do mundo.

O desencantamento do mundo: a eliminação da magia como meio de salvação, não foi realizado pela piedade católica com as mesmas consequências que na religiosidade puritana (e, antes dela, somente na judaica). O católico tinha à sua disposição a graça sacramental de sua Igreja como meio de compensar a própria insuficiência: o padre era um mago que operava o milagre da transubstanciação e em cujas mãos estava depositado o poder das chaves. [...] O Deus do calvinismo exigia dos seus não “boas obras” isoladas, mas uma santificação pelas obras erigidas em sistema. (Ibid, p. 107)

Dessa forma, a partir do desencantamento do mundo enquanto afastamento de toda a magia sacramental, o calvinismo rompe com o tradicionalismo, de maneira que circunscreveu um sistema no qual não as obras isoladas, mas as obras em sistema – disciplinadas e ascéticas – seriam o cumprimento da vontade de Deus; surgindo, assim, a entrega ascética intramundana a uma vocação profissional enquanto único meio para a salvação.

Essa ascese protestante intramundana, voltada ao trabalho – na tentativa de afastar-se das tentações da riqueza e do mundo dos homens – possibilitou que a entrega ascética e racional a uma vocação profissional fosse concebida como instrumento à glorificação de Deus e, principalmente, de confirmação dos atos de fé, de maneira a comprovar a aprovação de Deus frente às obras do sujeito, positivando o trabalho e o sucesso no trabalho como obra da graça divina.

Essa ascese intramundana passa a caminhar lado a lado com aspectos que beneficiaram o desenvolvimento do capitalismo, visto que o gozo individual da riqueza era pernicioso ao homem e o aproximava da divinização da criatura – afastando-o de Deus –, sendo que era necessário, assim, o reinvestimento de sua riqueza enquanto aplicando-a aos negócios em vias de promoção das obras para a confirmação da aprovação de Deus.

O impacto cultural da ascese intramundana (comportamento racional), da vocação e da predestinação impulsionaram a disciplina para o trabalho e o reinvestimento dos lucros na ampliação dos negócios intramundanos, que encontraram, no capitalismo, seu modo de expressão cultural, estando intimamente ligados ao seu desenvolvimento, marcando a modernidade.

Weber demonstra, assim, a influência das transformações da ética religiosa em uma ética voltada à disciplina do trabalho, mostrando que este está intimamente ligado às mudanças de aspectos éticos da sociedade, transformando-se e manifestando o resultado do movimento de amplas esferas da vida social, mostrando-nos, assim, a relação íntima entre Trabalho e Sociedade a partir de aspectos da transformação da ética e da cultura.

APONTAMENTOS PARA UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA: LUKÁCS, ANTUNES, PRAUN E DEJOURS

Marx, Durkheim e Weber nos mostraram três proposições distintas de análise da relação entre Trabalho e Sociedade: a contradição do Trabalho no mundo capitalista; a função da divisão do trabalho para a coesão social; e a transformação dos valores culturais que sustentam o capitalismo moderno. Buscando adentrar análises mais contemporâneas sobre a relação entre Trabalho e Sociedade, torna-se imprescindível a recorrência a quatro autores que refletiram acerca de questões centrais à compreensão da relação entre Trabalho e Sociedade no período contemporâneo, sendo eles: György Lukács, Ricardo Antunes, Luci Praun e Christophe Dejours.

György Lukács, na busca de recuperar a ideia de ontologia na obra marxiana, nos apresenta uma reflexão acerca da ontologia. Em “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”, Lukács nos mostra que é necessário refletirmos sobre como se constrói o pensamento e a atividade no ser social, refletindo sobre o próprio processo de construção do ser social enquanto ontologia, típica a esse ser.

Lukács se propôs, então, a pensar em como a ontologia marxiana, principalmente em seu aspecto relativo ao papel ativo do trabalho e da consciência na construção do ser humano, superava o caráter mais idealista de Hegel e se apresentava como incontornável à análise do ser social em seus aspectos concretos.

Reveladora é, nesse caso, a relação com o marxismo. Na história da filosofia, como se sabe, raramente o marxismo foi entendido como uma ontologia. Em troca, o que aqui nos propomos fazer é mostrar como o elemento filosoficamente resolutivo na ação de Marx consistiu em ter esboçado os lineamentos de uma ontologia histórico-materialista, superando teórica e praticamente o idealismo lógico-ontológico de Hegel. Hegel foi um preparador nesse domínio, na medida em que concebeu, a seu modo, a ontologia como uma história; em contraste com a ontologia religiosa, a de Hegel partia de “baixo”, do aspecto mais simples, e traçava uma história evolutiva necessária que chegava ao “alto”, às objetivações mais complexas da cultura humana. Naturalmente, o acento caía sobre o ser social e seus produtos, assim como era característico de Hegel o fato de que o homem aparecesse como criador de si mesmo. (LUKÁCS, 1978, p. 2)

Ao perceber que o elemento histórico-materialista da teoria de Marx, em sua concepção, superava o aspecto grandemente idealista do pensamento de Hegel, Lukács aponta que Marx possibilita a concepção de que a totalidade deveria ser compreendida em sua dimensão objetiva, apontando-nos que o ser que emerge do atual estágio de desenvolvimento das forças naturais emerge não apenas enquanto elemento abstrato, mas como parte movente e movida de uma totalidade concreta (DIAS, 2020).

Aponta, assim, que o ponto de partida da ontologia marxiana diferenciava-se das teorias ontológicas anteriores, em muito, por centrar-se em uma concepção histórico-materialista, mas que não se associava ao materialismo rude, pensando, assim, que na relação entre Liberdade e Necessidade – que permite o desenvolvimento do ser –, também estavam relacionados aspectos concretos da vida do sujeito. A consciência mesma seria um produto tardio do desenvolvimento das relações entre o homem e a natureza, não de maneira secundária, mas de forma essencial, pois, ao mesmo tempo, apontava para o papel ativo que a consciência realiza na constituição do ser social a partir de sua expressão por meio do trabalho.

Assim sendo, a consciência surge enquanto parte movente e movida da totalidade concreta, sendo uma das determinações da existência, disparando o desenvolvimento do homem. É nesse ponto que o trabalho surge como aspecto central e ontológico, visto que, rompendo com sua relação de mera adaptabilidade passiva à natureza, o ser passa, por meio do trabalho, a buscar a satisfação de carecimentos de diversas ordens de maneiras aprimoradas e

complexas, desenvolvendo-se ao passo que começa a modificar a própria natureza para si, diferenciando-se dos demais animais.

Em Lukács, a consciência seria o resultado das mediações postas em movimento por meio do trabalho e, a partir deste, da relação existente entre homem e natureza na busca da satisfação dos seus carecimentos. Nesse processo de transformação da natureza e de si, surge a consciência, diferenciando diametralmente o trabalho realizado pelo homem do trabalho realizado pelo animal, na medida que, no homem, o fruto da sua criação já existe de maneira abstrata em sua consciência, estendendo-se, de maneira objetiva, da abstração para a materialidade, diferentemente dos animais, ampliando as possibilidades humanas de respostas possíveis aos carecimentos da vida biológica, construindo a vida no sentido humano – ou seja, social.

Assim, a situação de carência material faz o homem pôr em movimento sua capacidade de trabalho e, com isso, todo o conjunto de mediações postas em movimento durante sua realização. Neste momento, o ser desenvolve capacidades novas para lidar com o carecimento que se lhe defronta. A satisfação de um carecimento que surge ao homem põe em movimento todo o complexo do trabalho, e suas mediações, para funcionar em vias de sua satisfação e, nesse processo, transforma a natureza e a si mesmo, desenvolvendo novas habilidades e, com isso, ampliando sua consciência, desenvolvendo suas capacidades mais elevadas.

Em Lukács, encontramos a compreensão do trabalho enquanto elemento ontológico, pois configura-se enquanto aquele elemento que permitiu ao ser orgânico do homem – aquele que adapta-se passivamente às condições naturais – tornar-se um ser ativo com relação à natureza, transformador da natureza aos seus próprios objetivos, ou seja, torna-se um ser social.

Para pensarmos acerca das formas contemporâneas de organização do trabalho e sua relação com o próprio sujeito – e, a partir de então, com a própria sociedade –, podemos recorrer aos estudos de Ricardo Antunes, nos quais ele analisa os novos modelos de gestão e produção – em especial, o toyotismo –, que privilegiam a “acumulação flexível” e, com isso, a flexibilização das relações envoltas no processo de produção, pensando o trabalho em sua dimensão social e ontológica, que fica oculta nas explicações simplistas que reduzem a compreensão das dimensões que o trabalho ocupa em nossa vida.

Para Antunes, as décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial (1939- 1945) viram emergir vários processos de aquecimento da economia dos países capitalistas centrais, que, baseados em um modelo fordista-taylorista, davam margem à observação de um momento de

sucesso desse modelo produtivo. Notou-se, nesse período, na Europa, a manifestação de formas de fortalecimento de um compromisso entre Estado, proprietários e trabalhadores, que admitia um acordo entre as diferentes personagens da esfera produtiva, as quais concordavam com certa exploração do trabalho desde que houvesse – de certa forma, como limite – a garantia de condições dignas de sobrevivência e reprodução para os trabalhadores. Esse processo fica conhecido como o Estado de Bem-Estar Social.

Essa configuração socioeconômica acaba por mostrar seus limites com a crise do modelo de produção fordista-taylorista (produção em massa e racionalizada) na década de 1970, tendo mostrado a falência do modelo de Estado de Bem-Estar Social – do compromisso fordista de produção (ANTUNES, 2000) – e engendrando novos modelos político-econômicos de organização do trabalho e do padrão de acumulação que, dentre outras consequências, apresentaram repercussões materiais objetivas para os trabalhadores e, também, subjetivas, a partir do surgimento de novas formas de discurso e pensamento que afetaram o sujeito contemporâneo em aspectos importantes de sua subjetividade.

As transformações do mundo do trabalho e da esfera produtiva afetaram o ser humano, material e subjetivamente, a partir de novas tecnologias e respostas organizacionais às situações de crise do padrão fordista-taylorista na década de 1970. O mundo que emergiu nos anos 1980 experimentou incontáveis transformações em seu cotidiano, principalmente as alterações possibilitadas pelo período de grande desenvolvimento de tecnologias que “invadiram” a esfera produtiva e reprodutiva do ser social, alterando sua forma de sobrevivência e socialização.

Tecnologias estas que, voltadas ao aspecto da organização da produção e modificação do padrão de acumulação, serviram, também, para monitorar os trabalhadores, gerindo seus tempos e espaços de maneira diferente de como se dava no padrão fordista-taylorista, além de ampliarem a noção de tempo de trabalho a qual, em muito, acabou afetando a relação entre o que se tem de tempo de vida e de tempo de trabalho para o sujeito que trabalha:

Começamos enumerando algumas das mudanças e transformações ocorridas nos anos 1980. Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), decorrentes das experiências da “Terceira Itália”, na Suécia (na região de Kalmar, do que resultou o chamado “kalmarianismo”), do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras,

sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar. (Ibid, p. 23-24)

O conjunto de alterações que a sociedade presenciou, em sua forma de ser e agir no mundo, com a ascensão do toyotismo (“modelo japonês”) como modelo de produção, torna-se mais nítido e assume prerrogativas de organização para além das técnicas de produção material. Estas alterações permitiram a ação sobre a própria subjetividade do trabalhador, invadindo o campo subjetivo do sujeito que trabalha com discursos empresariais para a transformação de valores e concepções do sujeito sobre o trabalho, marcando a era da gestão de pessoas e da confusão entre os tempos do viver e os tempos de trabalho.

O revolucionamento produzido pelo modelo japonês exigiu não só uma transformação da técnica de produção, mas, também, das formas de organização, fiscalização e controle dos trabalhadores, alterando relações de hierarquias e, conseqüentemente, a composição humana e subjetiva da classe-que-vive-do- trabalho, sujeitando-a ao desemprego estrutural e acirrando a competitividade que a expõe a uma situação de ameaça subjetiva à sua reprodução.

Para Antunes, o modelo toyotista que ganhou vigor no pós-década de 1980, se estruturou tendo como base um conjunto de valores e expectativas de controle de produção e do trabalhador, que estavam alinhados aos princípios de maior exploração do trabalho – formatando o trabalhador ainda mais como mercadoria – e maior valorização do capital. Este processo impulsionou a ascensão da competitividade extrema no meio da produção por meio de seus sistemas de hierarquias e bônus, que, com o incremento da tecnologia de alta precisão, de organização, se mostrou de grande potencial destrutivo da classe-que-vive-do-trabalho.

As formas de organização do trabalho moldadas pelo toyotismo têm significado a precarização das relações de trabalho e a maior exploração do trabalhador, afetando-o material e subjetivamente. A precarização escamoteada sob a marca da entrada de altas tecnologias de controle do tempo e da produção tem resvalado efeitos sobre o trabalhador, que ainda necessitam de mais estudos.

As mudanças do setor produtivo se configuram, também, como mudanças sociais nas formas de ser e viver no mundo, levando-nos a refletir sobre o adoecimento. Como apontam Antunes e Praun (2015), as formas de organização do trabalho que tomaram a liderança do processo se demonstraram com alto grau destrutivo para os trabalhadores, dado que, “fortemente enraizadas no capital financeiro, um número [...] reduzido de corporações

transnacionais passou a impor à classe-que-vive-do-trabalho [...] patamares salariais e condições de existência cada vez mais rebaixadas” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 408).

Essas condições de precarização do trabalho podem ser percebidas – como já apontamos – na sensação de que o tempo já não é suficiente diante das tarefas a serem cumpridas, na intensificação da jornada de trabalho à qual os sujeitos estão expostos, entre outros elementos da vida cotidiana do trabalhador que interferem nas formas como se manifestam problemas na relação saúde-doença no trabalho. Antunes e Praun (2015) nos auxiliam a compreender que os efeitos da precarização atingem diretamente o trabalho dentro de contextos que

Pode[m] ser percebido[s] ainda, no dia a dia da atividade laboral, diante da forte sensação de que o tempo foi comprimido; ou também na clara densificação da jornada de trabalho, na qual todos se desdobram para executar sozinhos o que antes era feito por dois ou mais trabalhadores. Além disso, é visível, por meio dos bancos de dias e horas que ajustam a jornada às demandas flexíveis do mercado, assim como através da instituição de uma parcela variável do salário subordinada ao cumprimento de metas de produção e “qualidade”, entre outras formas de manifestação (PRAUN, 2014 apud ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 412).

O conjunto de transformações na organização do trabalho que se conformaram sob a marca da flexibilização e controle dos tempos de trabalho construíram, paulatinamente, um ambiente no qual podemos notar mudanças estruturais nas formas de adoecimento dos trabalhadores. Visto que, a pressão em se cumprir as metas estabelecidas pelas demandas do mercado “assim como a obsessão dos gestores do capital em eliminar completamente os tempos mortos dos processos de trabalho, têm convertido [...] o ambiente de trabalho em espaço de adoecimento” (Ibid, p. 414).

O adoecimento laboral não é uma coisa nova, mas toma novas proporções com a ascensão da produção flexibilizada, que flexibiliza a produção e as próprias formas de proteção trabalhista expressas nas legislações cada vez mais flexíveis para o controle e proteção do trabalhador. A partir da revisão sobre o conceito de Trabalho nos clássicos e de sua análise contemporânea, podemos perceber que a reestruturação do mundo do trabalho atinge o ser humano não somente de maneira física, mas também subjetivamente. A flexibilização da produção fez emergir um contexto no qual o controle do trabalhador sobre seu próprio trabalho tem se tornado cada vez menor – o que possui uma íntima relação com os processos de adoecimento que têm afetado os trabalhadores contemporaneamente.

Esse contexto foi considerado por Sato (2003), que identificou, entre os fatores que contribuem para a maior incidência do processo de adoecimento, a progressiva diminuição ou ausência do mínimo de controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho. Para a autora, essa ausência constitui-se em risco real para o desenvolvimento de diferentes formas de adoecimento que se desdobram em “problemas osteoarticulares, distúrbios gastrintestinais, alterações cardiovasculares, distúrbios de saúde mental e acidentes de trabalho” (p. 41) (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 414)

Dessa forma, na busca de uma compreensão ampla e sistemática acerca da relação entre Trabalho e formas de adoecimento dentro do contexto da reestruturação produtiva e da flexibilização, tornou-se imprescindível recorrermos aos estudos de Christophe Dejours, médico psiquiatra francês que se debruçou sobre a compreensão do impacto subjetivo da organização do trabalho sobre os trabalhadores de diferentes grupos profissionais, inicialmente a partir da Psicopatologia do Trabalho e, posteriormente, tornando-se referência elementar para uma área de estudos de grande relevância atual que associa os conhecimentos de diversas áreas: a Psicodinâmica do Trabalho. O que queremos não é necessariamente discutir a doença, mas refletirmos acerca das formas que possibilitam a emergência de um novo perfil de adoecimento.

Dejours (1992) nos apresenta os resultados de suas pesquisas, nos quais aponta que há uma relação entre o Trabalho e o Adoecimento, mais especificamente uma relação entre a forma de organização do trabalho e o surgimento das ideologias defensivas enquanto recurso mental desenvolvido pelos trabalhadores para lidar com o sofrimento no trabalho de maneira individualizada. Dejours nos apresenta que, para além da angústia e do sofrimento, a relação entre Trabalho e Adoecimento se manifesta por meio da construção de ideologias defensivas específicas a cada grupo profissional, sendo estas ideologias defensivas construídas coletivamente e ativadas por intermédio da vergonha de se aparentar um corpo inapto ao trabalho; ou seja, recursos para lidar com a angústia de, sendo acometido por um processo de adoecimento, tornar-se inapto para o trabalho (DIAS, 2020).

Em suas pesquisas, aponta que a relação entre Trabalho e Adoecimento ganha novos contornos e formas a partir da introdução do taylorismo, com sua Organização Científica do Trabalho, no processo produtivo, visto que o ritmo e a cadência do trabalho se ramificaram, padronizando as operações de trabalho e separando os trabalhadores entre quem faz o trabalho material e quem faz o trabalho intelectual. Desta forma, essa separação acaba desenvolvendo efeitos nocivos à saúde do trabalhador, até então pouco conhecidos, que repercutiam da saúde do corpo à saúde

Associando uma extrema padronização das ações por meio da Organização Científica do Trabalho de Taylor, a cisão cada vez mais acentuada entre trabalho material e trabalho intelectual e a subordinação do trabalhador a uma rede de hierarquias de comando cada vez mais ramificadas, Dejours nos mostra que o trabalhador passa a ser mais explorado, e esta exploração se dava em níveis específicos, atrofiando o protetor natural da subjetividade do trabalhador: seu aparelho mental.

Assim sendo, a exploração do trabalho na era taylorista acabava incidindo sobre o corpo do trabalhador, transformando-o em um corpo dócil, desprovido de possibilidades de defesa e entregue, de maneira desprotegida e afável, à organização do trabalho e a seu conjunto de relações hierárquicas e mecanizadas. Porém, não só o corpo era afetado, mas também o funcionamento de seu aparelho mental, o que o levava a experimentar uma situação de fragilização de suas possibilidades de resistência à degradação, surgindo, aí, as condições para se pensar esse corpo enquanto exposto ao adoecimento, ou à possibilidade de adoecer.

Compreendendo que as concepções que viam o objeto explorado apenas enquanto o corpo físico não davam conta de compreender a dimensão das reações mentais do trabalhador às novas imposições da organização do trabalho, Dejours faz objeções e afirma que o objeto principal de exploração do trabalho dá-se sobre o corpo físico do trabalhador, mas que a expressão física dessa exploração era o indício de que o corpo do trabalhador já teria sido afetado subjetivamente pela organização taylorista do trabalho, apontando as limitações das concepções anteriormente evocadas. Apontava que o corpo dócil e domesticado ao trabalho poderia, em si, ser considerado como manifestação da interferência do processo de organização do trabalho sobre a subjetividade do trabalhador, visto que essa condição de um corpo totalmente voltado ao trabalho e sem a proteção de seu aparato natural de defesa (o aparelho mental) já manifestava a forma pela qual a estratégia de organização do trabalho atuava subjetivamente no trabalhador, pois o corpo dócil e sem resistência tornava aparente o atrofiamento de seu aparelho mental, aquilo que apresenta as possibilidades de resistência à situação de exploração e degradação do corpo.

Dentro desse contexto, com o corpo entregue de maneira dócil à violenta cadência do trabalho taylorista, racionalizado e despersonalizado, surgem, entre os trabalhadores, – cada grupo profissional à sua maneira – as ideologias defensivas. Dejours aponta que há algo em comum na forma como se constroem coletivamente, no corpo de trabalhadores, as ideologias defensivas: elas são centradas na vergonha produzida a partir do medo da degradação do corpo,

não só enquanto uma estrutura corporal, mas essencialmente enquanto aquilo capaz de produzir trabalho.

As ideologias defensivas surgem em resposta ao sofrimento do sujeito; são elaborações coletivas que atingem os trabalhadores, diminuindo suas possibilidades de defesa individual, manifestando-se na vergonha de assumir um sofrimento, de ser posto como alguém incapaz para o trabalho e de ser visto pelos colegas de maneira cerceada pela desconfiança. Dessa forma, as ideologias defensivas vão se construindo na tentativa de afastar, do corpo, a possibilidade de adoecer, de afastar a ideia da degeneração da capacidade de trabalho, dado que “a angústia contra a qual é dirigida [...] não é a do sofrimento, da doença ou da morte; a angústia que ele ataca é, através da doença, a destruição do corpo enquanto força capaz de produzir trabalho”. (Ibid, p. 34)

Para Dejours, o sofrimento mental dos trabalhadores é resultado não das condições de trabalho, mas sim da forma que assume sua organização, atingindo subjetivamente o trabalhador.

Quanto ao sofrimento mental, ele resulta da organização do trabalho.

Por condição de trabalho, é preciso entender, antes de tudo, ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude etc.), ambiente químico (produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, poeiras, fumaças etc.), o ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), as condições de higiene, de segurança, e as características antropométricas do posto de trabalho. Por organização do trabalho designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc. (Ibid, p. 25)

Pensando em como a organização do trabalho incidia diretamente sobre a subjetividade do trabalhador, reduzindo as possibilidades da manifestação da potencialidade de seu aparelho mental enquanto elemento que oferece resistência à exploração, Dejours aponta que, com a anulação das resistências possibilitadas pelo aparelho mental à exploração, a domesticação dos corpos dos trabalhadores manifestava a diminuição de sua capacidade de formular resistências individuais às situações de exploração de seu trabalho – em comparação ao operário-artesão, que possuía melhores condições de oferecer resistência individual pela importância que a atividade intelectual assumia na forma como seu trabalho era organizado –, o que atrofiava sua atividade mental de resistência individual, visto que a separação entre trabalho material e intelectual diminuía o engajamento de seu aparato mental ao trabalho,

possibilitando a criação de discursos coletivos que atuavam no trabalhador individual por meio da vergonha de assumir um sofrimento e poder defender-se individualmente, inibindo as possibilidades individuais de resistência à degradação de si. Essa situação era possível, pois o taylorismo promovia o desaparecimento do elemento de mediação entre a organização do trabalho e o aparelho mental exercido outrora pela importância da atividade intelectual do trabalhador.

Pensando em como essa ideologia defensiva se manifestava em diferentes agrupamentos profissionais, Dejourns aponta que, apesar dessa aparente pluralidade, seria possível perceber algumas características comuns que a ideologia defensiva assume na relação do trabalhador com a organização do trabalho. Em primeiro lugar, aponta que a ideologia defensiva surge na tentativa de esconder alguma ansiedade particularmente grave do trabalhador; em segundo lugar, aponta que essa ideologia defensiva, além de tentar esconder uma ansiedade, era construída em grupos sociais particulares enquanto forma coletiva de elaborar a ansiedade do grupo que a constrói; em terceiro lugar, afirma que ela não atua em relação aos conflitos intrapsíquicos, especificamente mentais, mas atua contra o risco real da degradação de si, e; em quarto lugar, a ideologia defensiva funciona a partir do seu compartilhamento por todos os integrantes do grupo, visto que aquele que não se adequa a tal é, mais cedo ou mais tarde, excluído do seu grupo.

Com essa análise, Dejourns nos oferece ferramentas para pensarmos os efeitos da organização do trabalho contemporânea sobre a subjetividade do trabalhador, possibilitando, assim, pensarmos criticamente sobre a relação entre Sociedade, Trabalho e Adoecimento no mundo contemporâneo, na qual o trabalhador encontra-se afastado das possibilidades de resistência oferecidas por seu aparelho mental, visto que a separação dos elementos materiais e intelectuais do trabalho na organização taylorista acabaram por fazer desaparecer o elemento de mediação essencial da relação entre o aparelho mental e a organização do trabalho outrora exercido pela atividade intelectual engajada, dando espaço para a formação das ideologias defensivas construídas coletivamente e que anulavam as possibilidades individuais de defesa à exploração, sendo que “a ideologia defensiva é funcional a nível do grupo, de sua coesão, de sua coragem, e é funcional também a nível do trabalho; é a garantia da produtividade”. (Ibid, p. 72)

Essas proposições nos fazem pensar na necessidade de compreendermos melhor como as ideologias defensivas acabam se tornando elementos que conservam a exploração do trabalho enquanto algo escamoteado ao pensamento comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando que a partir do panorama teórico apresentado, refletindo sobre a dimensão ampla do trabalho na vida do ser social, apontando sua caráter ontológico e, na contemporaneidade, ponderando sobre como surgem as ideologias defensivas enquanto resultado de um bloqueio do desenvolvimento do aparelho mental do trabalhador – no tocante à sua capacidade de oferecer resistência interna à exploração – podemos perceber que o entendimento sobre o que é trabalho e como este ocupa uma posição central na vida do ser humano, enquanto elemento ontológico e portador de contradições complexas na sociedade contemporânea, acaba por ser escamoteado do pensamento comum, possibilitando o surgimento de discursos, que, permeados de reducionismos e sem as mediações conceituais necessárias, escondem as dimensões do ser humano afetadas pelas formas de organização do trabalho contemporaneamente, nas quais, além dos efeitos nocivos sobre a saúde do corpo, também têm resvalado efeitos nocivos à saúde mental do trabalhador.

Com a revisão bibliográfica supracitada, buscamos reunir elementos que nos auxiliassem a compreender a centralidade do Trabalho na vida social, bem como de que forma as transformações que ocorrem em sua organização afetam, também, as formas de adoecimento do trabalhador – possibilitando o surgimento de discursos coletivos contra a angústia de se tornar um corpo que não produza trabalho. Essa revisão nos dá elementos para podermos ter uma noção mais ampla das dimensões da vida afetadas pelo trabalho.

O surgimento das ideologias defensivas contra o adoecimento – como aponta Dejours – fazem com que o trabalhador, por meio da vergonha e do medo, esconda seus sofrimentos e se sinta obrigado a produzir mesmo que não esteja em condições, pelo medo de ser identificado pelos seus próprios pares como alguém incapaz. O alto desemprego e a desregulamentação de seus direitos geram insegurança quanto à permanência dos trabalhadores em seus postos de trabalho, levando-os a desenvolver formas de lidar com seu adoecimento, que não sejam percebidas, para que não corram o risco de perder sua fonte de sustento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; PRAUM, L. “A sociedade dos adoecimentos no trabalho”. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Editora Cortês. 11. ed. 2000.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho.** 5. ed. 12ª reimpr. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DIAS, W. M. **Ensino de Sociologia em Questão: ‘O Trabalho Adoece?’**, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/192578>. Acesso em: 10 nov. 2020

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social** / Emile Durkheim; Trad.: Eduardo Brandão. – 2. ed. – São Paulo: Martins Fontes. 1999 (Coleção Tópicos).

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, Trad.: Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos** / Karl Marx; Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. – [4ª reimpr.]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

MUSSE, R. “**Apontamentos sobre o nascimento da Sociologia**”. Blog da Editora Boitempo. 23 de nov. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/11/23/apontamentos-sobre-o-nascimento-da-Sociologia/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

WEBER. M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo** / Max Weber; Trad.: José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo: Antônio Flávio Pierucci. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004.